

# EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E  
CONJUTURA POLÍTICA

Um Periódico do Grupo de Pesquisa "Opinião Pública:  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral"

Ano 2 - N.12  
Dezembro de 2010  
ISSN: 2176-4883



DOSSIÊ

## PARA ONDE PODERÁ IR O BRASIL? OS DESAFIOS DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Cláudio André de Souza  
Nilmário Miranda  
Marlise Matos

Opinião

Aldo Duran Gil

Resenha

Bruna Braga de Noronha



# **GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA: MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL**

## **Em Debate**

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

## **Missão**

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

## **Coordenação:**

Helcimara de Souza Telles, UFMG

## **Conselho Editorial**

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UEFS

Dalmir Francisco - UFMG

Denise Paiva Ferreira - UFG

Gustavo Venturi Júnior - USP

Helcimara de Souza Telles - UFMG

Heloisa Dias Bezerra - UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira - UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço - UFBA

Malco Braga Camargos, - PUC-MINAS

Marcus Faria Figueiredo – IUPERJ

Mathieu Turgeon - UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Silvana Krause – UFG

Yan de Souza Carreirão - UFPR

## **Jornalista Responsável**

Érica Anita Baptista MG12297JP

## **Equipe Técnica:**

Érica Anita Baptista

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Bruna Braga de Noronha

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

## **Endereço**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil - 30850-021

+ (55) 31 3409 5007

email: [marketing-politico@uol.com.br](mailto:marketing-politico@uol.com.br)

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.

# EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política  
Ano II, Número XII, Dezembro de 2010.

## SUMÁRIO

---

<b>Editorial</b>	4-5
<b>Dossiê:</b> “Para onde poderá ir o Brasil? Os desafios do governo Dilma Rousseff”.	
• <b>O novo tempo do PT: Notas sobre as transformações de uma estrela</b> Cláudio André de Souza	6-10
• <b>Os direitos humanos no governo Dilma</b> Nilmário Miranda	11-13
• <b>O que se pode esperar de uma presidência e de um governo no feminino? Mais mulheres no poder podem fazer a diferença?</b> Marlise Matos	14-21
<b>Opinião</b>	
• <b>Reflexões sobre as eleições presidenciais no Brasil em 2010</b> Aldo Durán Gil	22-27
<b>Resenha</b>	
• <b>Audiovisual comunitário e educação: histórias processos e produtos</b> Bruna Braga	28-30
<b>Colaboradores desta edição</b>	31

## EDITORIAL

*Para onde poderá ir o Brasil? Os desafios do governo Dilma Rousseff*

No dia 31 de outubro de 2010, eleita Dilma Rousseff (PT) foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Muitos esperavam que esse fato se concretizasse já no primeiro turno, o que não ocorreu. A vitória de uma mulher para ocupar o cargo político mais importante do país será um indicador de mudanças efetivas na forma de se governar a nação ou seguirá os moldes do antecessor petista Luiz Inácio Lula da Silva?

Nesta última edição de 2010, o periódico *Em Debate*, do mês de dezembro, procura discutir os rumos que o Brasil seguirá, a partir da eleição. Debaterá, ainda, como a nova presidente irá lidar com os desafios que lhe serão impostos. Temas polêmicos são tratados nos artigos, como a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos, que aborda tópicos discutidos durante a campanha presidencial. Também se analisa se o fato de uma mulher estiver à frente do comando do país provocará uma significativa mudança na política, que é um campo dominado pelo masculino.

Cláudio André de Souza, da Universidade Federal da Bahia, discute as mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo de sua trajetória. De acordo com o autor, antigos adversários dos petistas tornaram-se aliados; houve um relativo afastamento do partido em relação aos movimentos sociais e uma aproximação com legendas conservadoras. O autor também indaga sobre qual será o papel do ex-presidente Lula da Silva na política brasileira, uma vez que este estará sem mandato.

Nilmário Miranda, da Fundação Perseu Abramo, avalia a postura da presidente Dilma em relação ao tema dos Direitos Humanos. O autor descreve algumas das repercussões da adoção do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNHD3), bem como algumas das ações programáticas mais polêmicas e criticadas durante a campanha presidencial de 2010. Nilmário procura esclarecer o significado da expressão “Direitos Humanos”, e sua importância para a democracia.

A professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Marlise Matos, analisa os impactos da presença de uma mulher na gestão do governo. A autora evidencia, através de pesquisas, que as mulheres, quando atuam na arena política, se preocupam mais que os homens com o bem estar feminino e familiar. São apresentados argumentos que defendem a necessidade de uma maior representação das mulheres na política e é evidenciada e a esperança de que Dilma Rousseff honre sua “essência feminina” e não se limite apenas às funções básicas do cargo Presidente do Brasil.

Na seção *Opinião*, Aldo Duran Gil, professor da Universidade Federal de Uberlândia, reflete sobre as eleições presidenciais de 2010 e aponta as inovações e limites que foram trazidos à tona pela disputa presidencial. O autor analisa os limites da democracia representativa e a necessidade de expansão de instrumentos participativos na política brasileira.

Na seção *Resenha*, Bruna Braga de Noronha, estudante de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta o livro “Audiovisual comunitário e educação: histórias, processos e produtos”, organizados por Ricardo Fabrino Mendonça e Juliana de Melo Leonel. A obra é dividida em cinco eixos, cada qual com um enfoque diferente sobre o audiovisual comunitário. Ao longo desses eixos, estão presentes textos de diversos autores, que buscam refletir sobre a relação entre o audiovisual e a educação.

# O NOVO TEMPO DO PT: NOTAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DE UMA ESTRELA

*The new time of PT: Notes about the transformations of a star*

Cláudio André de Souza

*Universidade Federal da Bahia - UFBA*

✉ [clandresouza@gmail.com](mailto:clandresouza@gmail.com)

Se o PT entender que o tempo não é crucial, vai se beneficiar muito com isso. O tipo de proposta do PT não é a Presidência da República. O importante são os meios para, na Presidência da República promover aquelas reformas a que ele se propõe. Só a Presidência da República, desligada do programa, poderia até ser uma armadilha para o PT. (Entrevista de Raymundo Faoro ao jornalista Mino Carta em 1989. FAORO, 2008, p. 123-124).

A literatura acadêmica mais recente sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) tem gravitado em torno de uma constatação comum: o PT não é mais o mesmo. Programa partidário e de governo, alianças, organização interna, atuação parlamentar, representação política, análise de discurso e conteúdo, presença nos movimentos sociais e sociedade civil, gestão e decisões de governo, dentre outros, ensejam as diversas frentes de pesquisa sobre o partido.

Uma boa parte da agenda de pesquisa sobre o PT, com mais ou menos rigor teórico-analítico, depara-se com o desbotar da sua “vermelhidão”. A guisa de continuidade da produção das décadas de 1980 e 1990 sobre o partido, a literatura recente sobre o partido apresenta inovações. A ascensão do PT aos principais espaços decisórios da política brasileira é o mote central dos recortes de tais pesquisas, que não se limitam a obras publicadas. Na verdade, encontram-se depositadas em bancos de teses e dissertações das mais diversas universidades do país. Aliás, temos aos montes livros publicados sobre o PT, bem como ensaios, biografias, críticas, relatos jornalísticos sobre o partido e suas

personalidades centrais. Certamente, é um dos partidos mais estudados pelas Ciências Sociais até os dias atuais.

A eleição de Dilma Rousseff cristalizou a estratégia de ancorar o projeto político do PT mais ao centro e à direita, consolidando a parceria da legenda com atores que, até 2002, eram aclamados como os “reis do atraso”. O PT tem rotinizado alianças com antigos adversários à altura de uma família Sarney, agora denominados de “progressistas” e “populares” pelas altas cortes do partido. Por outro lado, estudos diversos sobre as coligações do período pós-2002<sup>1</sup> identificam a importância dada aos partidos tradicionais à esquerda na composição de coligações, como o PDT, o PSB e o PCdoB.

Estamos aqui a chamar a atenção para o debate de três questões que consideramos precípuas para a definição de um fundamento de análise “incontornável” a que as pesquisas sobre o PT estão a se submeter. Em primeiro lugar, a vitória eleitoral do PT está distante, por um lado, de uma vitória política. A vitória eleitoral do partido não é mimeticamente o êxito de um projeto estratégico. Setores do partido de modo geral – personalidades intelectuais e tendências internas – têm a consciência de que no PT e na coalizão montada nos dois governos Lula e agora, na sucessão do presidente, não figuram em absoluto as bandeiras mais estratégicas do partido. Não é à toa que o estatuto do partido e as resoluções dos seus grupos internos ainda pensam acerca de como o partido pode viabilizar o socialismo em intercâmbio com a democracia. Aliás, esse debate produziu uma rica literatura na década de 1980 e contou com o envolvimento de setores da academia na formulação de tal problemática. O apoio “crítico” que as hostes internas do partido tecem estrategicamente com as suas bases influem no comportamento dos movimentos sociais – bases marcantes do PT. Desse modo, não reflete uma “cooptação” por parte do governo, mas uma posição de apoio centrado em reivindicações e interesses apresentados criticamente ao governo. Vale ressaltar que boa parte dos movimentos sociais dispõe em suas fileiras de militantes de partidos, além de relacionarem com parlamentares e com quadros do governo.

Mas a tese da cooptação é, para nós, simplória e superficial, ao se distanciar de uma perspectiva comum dos movimentos sociais brasileiros e de outros países: eles não estão postos (há um tempo) de “costas” ao Estado. Essa

---

<sup>1</sup> Entendemos que o período recente vivido pelo partido tem seu ponto de partida em 2002. Conquanto saibamos que as resoluções de encontro e congresso do partido disposto entre a derrota de 1998 e a eleição de 2002 aponta uma guinada pragmática do partido para a ampliação do arco de alianças que levou Lula à presidência em 2002.

guinada à institucionalização, inclusive dos que viemos a chamar a algumas décadas de “novos movimentos sociais”, marca uma nova “agenda” de ação e organização, agora diante de novas tarefas de condução de projetos e recursos alocados em parceria com a máquina governamental. Desse cenário, advêm os novos espaços decisórios do partido: gabinetes, núcleos, “executivas” e bancadas. Esvaziam-se os fóruns, coletivos, plenárias, comissões, congressos, reuniões amplas, etc. É notório que o partido consolida as suas decisões em grupos cada vez mais seletos e marcados por uma rede de atores condicionados pela condição de ser governo. Sabemos na ciência política que não é novidade o “tempo político” de ser governo e oposição. Em que medida tal tendência assume uma condição mais adequada à realidade partidária nesses novos tempos? Os movimentos sociais silenciaram ou estão eles a “falar” de outra forma?

Uma questão candente ao novo tempo do PT: como estão a se mobilizar os grupos internos diante de uma estabilização pragmática do partido? A caminhar para três governos de coalizão e sob a luz de uma figura carismática e conciliadora como foi Lula, deve ser levado em consideração como está a pensar e a esboçar estratégias, os grupos internos do partido: as tendências. Estão a avaliar que os caminhos pragmáticos são programáticos?

Em segundo lugar, não podemos versar peremptoriamente sobre um afastamento espacial e político do PT em relação aos movimentos sociais e setores da sociedade civil como fazem analistas da grande imprensa. Esta problemática deve se ocupar de pesquisas para que não caiam na armadilha daquelas análises que consideram que o PT se afastou dos interesses e perspectivas dos movimentos sociais. A “parlamentarização” do PT não exclui os movimentos sociais da sua vida interna, mas, todavia, subordina-os a gravitar em torno de estruturas parlamentares fundamentais para acessar recursos, organizar mobilizações, vida interna e expressão de demandas. Um cenário de que há “vida” na relação entre o PT e os movimentos sociais pode ser sugerido pela atual formatação dos ministérios no futuro governo Dilma. As pastas a que cabe ao PT têm em sua natureza a representação dos anseios e interesses dos movimentos sociais, além de algumas áreas que o partido tem por trás uma rede de sindicatos e grupos organizados. A pasta de Justiça, Pesca, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres, Educação e Ciência e Tecnologia estão ligadas a agendas de interesse, que expressam grupos que compõem a base social do partido desde a sua fundação (professores, Igreja, movimentos sociais, associações, ONGs, intelectuais, etc.). Os demais a serem ocupados pelo partido



cumprem papel de articulação política e formulação de políticas públicas. Estes são os casos da pasta de Desenvolvimento, Secretaria Geral e Casa Civil.

Por último, é hegemônica a atribuição – tanto de articulistas da grande imprensa quanto de algumas conclusões acadêmicas apressadas –, em relação ao “novo tempo do PT”. Este novo tempo seria dado por uma proximidade com partidos tradicionais, perdendo as características de “novidade” comuns ao período inicial de sua existência, como evidenciara estudos seminais de Keck (1991) e Meneguello (1989). Entendemos que o processo de transformação e “desbotamento” do PT é parte de um processo que deve ser ancorado em uma agenda de pesquisas rigorosa, que identifique esse processo como sendo constitutivo de um conflito disposto nos papéis e estratégias de suas correntes internas. As resoluções a serem tomadas nos próximos espaços do partido servirão como um bom ponto de partida para se compreender o porvir. As suas respectivas tendências internas estariam a compor um arsenal analítico para avaliar as ações e decisões do partido.

Um conflito parece surgir: como ficará o PT a capitanear um governo que estará mais próximo do conservadorismo de partidos do centro e da direita, ao mesmo tempo em que ocupará postos de menor relevância em termos de recursos e barganhas, mas de fundamental valor para a consecução dos interesses e bandeiras de movimentos sociais e de atores organizados da sociedade civil (Ministério das Comunicações, Cultura, dentre outros)?

Lula talvez gravite em torno do governo e, principalmente, tendo como *locus* o partido. Será fundamental na coordenação política (dois de seus auxiliares estarão próximos, ocupando postos estratégicos de coordenação do governo: Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência). Lula da Silva tenderá a se aproximar do PT e de sua dinâmica organizativa, mas não será um mensageiro do partido, mas um presidente não-eleito do PT. Poderá provavelmente, ser o partido o principal espaço de ação e militância do ex-presidente, uma vez que ele estará sem mandato. Não é irreal pensar que Lula retornará com maior influência nas eleições de 2012, quando poderá embarcar pelo país a apoiar candidaturas de maior capital político e confluindo o petismo sob os auspícios do lulismo.

Singer (2010) tende a considerar o vigor atual da ambigüidade das duas almas do PT (a do Anhembi e a do Sion) como uma condição objetiva para a análise do partido. Compreendemos que as três questões aqui ora expostas são inconclusas, mas cercarão os estudos sobre PT.

### **Referências Bibliográficas:**

FAORO, Raymundo. Entrevista. In:DIAS, Mauricio. (org.). *A democracia traída* Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

KECK, Margareth Elizabeth. *PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 88, dez. 2010.

# OS DIREITOS HUMANOS NO GOVERNO DILMA

*The human rights in the Dilma's government*

Nilmário Miranda

FPA – Fundação Perseu Abramo

✉ nilmario@terra.com.br

Presidente eleita, Dilma Rousseff declarou-se defensora dos direitos humanos, inclusive nas relações internacionais. Em suas entrevistas e discursos, recolocou os direitos humanos como agenda positiva ao anunciar a construção de 6 mil creches e escolas infantis; a meta de erradicar a miséria até 2014 e o trabalho infantil. Ao defender a revisão do índice de produtividade e fortalecimento da agricultura e apontar a meta de 100% de cobertura da Bolsa Família com valores reajustados, ela não faz mais que validar a visão holística dos direitos humanos presentes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Do mesmo modo, quando condenou como bárbaras em qualquer cultura a pena de morte por apedrejamento de mulheres e ao dizer que implementará medidas de prevenção e que dêem eficácia à Lei Maria da Penha, ela está dialogando com o PNDH3, assim como dizer que as políticas sociais de caráter igualitário são a razão de ser, princípio ordenador do desenvolvimento. Tais declarações revestem-se de grande valor porque os direitos humanos ficaram na berlinda em 2010 e fizeram parte da agenda negativa, sobretudo pela demonização do PNDH3. A escolha de Maria do Rosário como ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a SEDH, que defende o PNDH3 sem subterfúgios sinaliza a continuidade da política de direitos humanos no Brasil.

Há um ano, em dezembro de 2009, o país ganhou uma nova versão para o Plano Nacional de Direitos Humanos, assinado como decreto pelo presidente Lula e por 31 ministros, como responsabilidade de todas as áreas de governo. O PNDH3 traz medidas de curto, médio e longo prazos, recomendações ao Legislativo, Ministério Público e Judiciário e propõe ações integradas entre

União, estados e municípios. Quem sempre fez avançar os direitos humanos foram os movimentos sociais e os grupos, centros, fóruns, ONG's de direitos humanos. Por isso, eles tiveram um papel muito grande através das conferências municipais, estaduais e da Conferência Nacional. Ao todo, 14 mil pessoas participaram dessa construção coletiva, pública e transparente. A primeira versão do PNDH3 ficou seis meses com ministros e secretarias especiais e na internet para ser avaliada. Os dois PNDHs anteriores, apesar de conterem proposições que agora ganharam ar de escândalo, não foram contestados. Eles foram editados no governo de Fernando Henrique Cardoso.

No caso do PNDH3, sua divulgação fez desencadear uma onda de críticas desqualificadoras. Ele tem 521 ações programáticas e as críticas se concentram na questão do aborto, união civil de homossexuais, adoção por casais gays, ostentação de símbolos religiosos, marco regulatório dos meios de comunicação, mediação de conflitos no campo e a instituição da Comissão Nacional de Verdade. Posteriormente na campanha eleitoral, alguns destes temas foram retomados num contexto de obscurantismo. Em certos momentos, o aborto apareceu como centro da campanha presidencial! A união civil e a adoção por casais gays tornaram-se mais importantes que a discussão sobre o papel do Estado. O marco regulatório dos meios de comunicação, tão indispensável pela superação das regras atuais foi apresentado como atentado à liberdade de expressão. Valendo-se do anonimato, a *internet* foi invadida de informações falseadas que apresentavam Dilma Rousseff como “terrorista” para desqualificar sua postura corajosa na resistência à ditadura militar. Às vésperas da eleição, no 2º turno, até o Papa recomendou que os católicos não votassem em candidato defensor do aborto.

O Tratado de Westfália, de 1648, que pôs fim a um século de guerras religiosas abriu caminho para o estabelecimento do Estado Laico. Em pleno século XXI e aos 22 anos de vigência da Constituição que reafirmou a laicidade, a questão religiosa associada à intolerância e ao obscurantismo foram erigidas em temas centrais pela oposição. Daí a importância da presidente eleita e da próxima ministra reafirmarem a indivisibilidade entre democracia e de direitos humanos, e a utopia de que a paz, a segurança coletiva, o direito ao desenvolvimento com justiça social e sustentabilidade ambiental são indissociáveis. Direitos Humanos são princípios, normas, valores universalmente reconhecidos como fundamentais para a existência e coexistência humanas porque se baseiam na igualdade e na dignidade de todos os seres humanos.

Crianças são alvos de violência, abusos; há tortura, prisões que não regeneram; racismo; machismo agressivo e trabalho escravo e degradante; violência homofóbica; criminalização de movimentos sociais.

Por tudo isso, o PNDH3 deve ser visto como um instrumento de interação democrática entre Estado e sociedade para enfrentar com ousadia as “heranças malditas” de nosso passado escravista e das ditaduras, democraduras e ditabrandas.

## **O QUE SE PODE ESPERAR DE UMA PRESIDÊNCIA E UM GOVERNO NO FEMININO? MAIS MULHERES NO PODER PODEM FAZER DIFERENÇA?**

*What can we wait of a female government and presidency? More women in power can really make a difference?*

Marlise Matos

*Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG*

✉ marlise.matos@fafich.ufmg.br

Passados 121 anos da Proclamação da República brasileira, 78 anos da conquista do sufrágio feminino, 35 anos da criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e da criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), 26 anos da experiência do Movimento das *Diretas Já* e 22 anos da promulgação de nossa Constituição que regulamentou, em definitivo, o princípio democrático da igualdade entre os sexos, elegemos, pela primeira vez no país, uma mulher ao cargo máximo da nação: a Presidência da República. Esta eleição pode vir a representar um fenômeno histórico para as mulheres brasileiras e um reforço positivo na conquista de seus direitos (especialmente os políticos) ou, caso vigorem as pressões e os constrangimentos, ser apenas mais uma “novidade” sem grande impacto nas nossas vidas. Eu apostaria na primeira hipótese, mas como não tenho bola de cristal (e se tivesse não saberia usá-la), parece-me necessário expor alguns argumentos que me levam a esta escolha.

Simone de Beauvoir, em 1949, em *O segundo sexo*, disse que “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”. Com a expressão emblemática e histórica para as lutas feministas em boa parte do mundo, a filósofa francesa pretendia expressar uma

ideia básica do feminismo: a de desnaturalização do ser mulher. Deste modo, para Sarti (2004):

[...] o feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura. (SARTI, 2004, p.35).

Mas é preciso afirmar que o campo feminista de gênero é um espaço de lutas em distintas fronteiras que são/estão constantemente disputadas. Tais movimentos em todo mundo e também aqui no Brasil, têm formulado palavras de ordem ou bandeiras – frases que em poucas palavras expressam grandes conteúdos, projetos e propostas do movimento. Essas bandeiras são criadas para servirem de referência às mulheres em todo o globo e algumas atingiram grande popularidade. Entre elas, merecem destaque *O pessoal é político; Democracia em casa e na rua; Diferença sim, desigualdade não*.

Estas bandeiras resgatam idéias-chaves para os movimentos feministas e de mulheres: a importância da esfera privada enquanto espaço privilegiado de dominação e opressão; da construção da democracia em todas as relações sociais e em especial nas relações interpessoais; e o reconhecimento das diferenças sem a experimentação das desigualdades e das assimetrias de poder, valorizando-se a diversidade e a pluralidade sem hierarquias. A opressão das mulheres, portanto, se expressa do mundo privado na direção do espaço público.

Numa comparação com os homens, é sabido que os padrões de socialização aos quais as mulheres estão expostas são claramente diferentes (quando não assimétricos e hierarquizados), assim como são igualmente diferenciadas as suas experiências de vida. Podemos afirmar também que as mulheres tenderiam mais a trazer tais experiências, suas perspectivas e conhecimentos para apoiar as decisões políticas. Embora mudanças importantes tenham ocorrido ao longo das últimas décadas, na maioria dos países, as mulheres ainda arcam com as principais responsabilidades em relação aos cuidados com a família e do domicílio, incluindo marido, crianças e idosos, sendo esta, de modo quase onipresente, uma das principais “experiências” do feminino que as sociedades reconhecem e legitimam. Há pesquisas que confirmam que a participação de mulheres na política (especialmente no âmbito local/municipal)

pode ter impacto sobre os resultados das políticas que visam atender às mulheres e crianças do que tem tido a legislação e as políticas nacionais de cunho mais universalista. Embora haja poucas evidências, especialmente em nosso país, sobre o comportamento e atuação políticos de mulheres governantes, uma série de estudos em países industrializados e em desenvolvimento indicam que elas tendem a dar prioridade a questões sociais especialmente nos governos locais (Relatório UNICEF, “Gênero e Infância”, 2007). Na Noruega, por exemplo, uma das razões mais citadas para o envolvimento de mulheres na política local refere-se às questões da infância, especialmente à carência de espaços para o atendimento à criança pequena. Um estudo norueguês recente, que examinou dados desde 1975, mostra que o número de crianças que recebiam benefícios aumentou durante o primeiro ano em que mulheres constituíram cerca de 30% dos membros de conselhos locais. A constatação mais significativa deste estudo é que a atuação das mulheres em governos locais tem impacto político mais significativo no início de suas carreiras, porque trazem para a agenda política dos parlamentos um conjunto de novas preocupações, tradicionalmente pouco ou nada tratadas.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, a pesquisa sobre o impacto de mulheres em governos ainda é uma área de investigação completamente nova. As constatações mais abrangentes já disponíveis provêm da Índia, onde um terço das posições de liderança em conselhos locais foi reservado às mulheres, em 1998. Um amplo projeto de pesquisa que examinou o impacto da política de reserva de assentos investigou inicialmente 165 conselhos no estado de Bengala Ocidental. O estudo analisou o nível de provimento de bens públicos em conselhos que tinham políticas de reserva de posições para mulheres em comparação com aqueles que não adotavam essas cotas. A análise constatou que em vilarejos com política de reserva de posições, o investimento em instalações de água limpa foi duas vezes maior do que nos vilarejos sem cotas, e que, como tendência, as condições das estradas eram duas vezes melhores. Além disso, a probabilidade de trabalhos recentes de manutenção nas rodovias principais era 20% maior; novos projetos de biogás – um substituto para a eletricidade e o combustível de cozinha – foram introduzidos em 26% dos vilarejos onde havia políticas de reserva, contra 6% nos vilarejos sem cotas. E, graças a um acompanhamento ativo, o número de visitas de profissionais da saúde foi significativamente maior nos seis meses abrangidos pelo estudo. Essas



melhorias beneficiaram significativamente as mulheres e as meninas, que são as principais responsáveis pela coleta de material combustível e também de água, assim como pela atenção às necessidades de saúde da família, especialmente das crianças.

Por outro lado, no entanto, o simples fato de haver maior um número de mulheres em governos não vai garantir sua eficácia como defensoras dos interesses e direitos das mulheres, das crianças e da família. Além do mais, parece-me claro que as mulheres políticas precisam também ir além disso e trabalhar os demais temas da agenda política, não ficando circunscritas aos nichos temáticos tradicionalmente ocupados pelas mulheres. Focar atenções exclusivamente numa agenda que atenda às mulheres pode ser comprometedor de qualquer mandato. Uma análise realizada na África do Sul sobre problemas e oportunidades envolvendo mulheres em governos locais revelou que, tal como ocorria com suas colegas no parlamento, sua eficácia era determinada, em grande parte, por outros fatores além de sua presença numérica. Estes fatores incluíam normas e expectativas culturais/simbólicas sobre os papéis femininos, as distintas hierarquias estabelecidas, as capacidades e os atributos individuais de conselheiros e, sobretudo, o grau de comprometimento dos partidos políticos com a questão da mulher. Ou seja, as mulheres políticas também têm que enfrentar o gigantesco desafio de desconstruir os lugares socialmente legitimados para seu trabalho como políticas, se deslocando de uma atuação pautada exclusivamente em questões específicas dos grupos vulneráveis. Elas também necessitam demonstrar capacidade de agir politicamente em âmbitos diversos, rompendo com os papéis de gênero tradicionalmente rígidos que se reatualizam nos espaços do trabalho político. Se for verdade que as mulheres políticas podem trazer consigo a sensibilidade e a urgência do enfrentamento das profundas desigualdades sociais que assolam o nosso país, o fato é que isso não é uma decorrência “natural” e seria importante também ir além dessas desigualdades, desessencializando-as e buscando estratégias e alianças múltiplas que possam ter repercussão até mesmo na transformação do espaço político.

Segundo uma análise comparativa de mulheres em governos locais em 13 países no Leste da Ásia, há pelo menos duas maneiras por meio das quais os grupos de mulheres podem tornar-se uma força importante para mudanças políticas em contextos democráticos. Em primeiro lugar, estes grupos frequentemente fornecem apoio a mulheres que foram eleitas para os cargos

políticos. Em segundo lugar, administram seus próprios esforços de defesa em favor da mulher, da criança e da família (mais uma vez). No mundo todo, esses grupos e redes de mulheres dão exemplos de como a mobilização comunitária/municipal pode promover os direitos humanos, portanto também aqueles relacionados aos mais vulneráveis (que, em geral, em todo o mundo tendem a ser mulheres e crianças).

Destaco aqui, pois, que a ausência das mulheres dos espaços decisórios da política institucionalizada no Brasil tem sido um fator determinante da pior qualidade do nosso processo democrático, da qualidade de atenção que é dada às políticas públicas, da qualidade da superação das persistentes desigualdades sociais que assolam o país: todos estes aspectos têm, claramente, um impacto claro das dimensões de gênero, etárias, de raça etc. que temos muitas dificuldades em enxergar. O processo de inserção política das mulheres e mesmo da representação política precisa ser questionado pelo viés de gênero: um jogo político-representativo que se faz - como o de hoje - na quase ausência das mulheres de seu cenário pode ser pensado como um elemento comprometedor de nosso atual estágio de consolidação democrática e também de todo o processo de desenvolvimento do país. Este é um espaço que necessita das contribuições fundamentais das mulheres organizadas.

Parafrazeando Beauvoir: “*Não se nasce Presidente da República, torna-se presidente*”. Será também preciso esperar. Como visto, levamos mais de um século de construção do regime democrático brasileiro para conseguir, mesmo com todos os avanços femininos e feministas do período, “tornar” uma mulher presidenta do Brasil. Nós mulheres, contudo, permanecemos completamente ausentes de todos os demais espaços formais da política. E quais modelos serão aqueles perseguidos por nossa presidenta? Um terço do Ministério constituído por mulheres dará alguma tonalidade diferenciada às ações políticas do governo Dilma? Qual a importância de termos “mais mulheres no poder”?

Um primeiro argumento frequentemente utilizado para a defesa da existência de mais mulheres no trabalho político, amplamente utilizado na literatura especializada, é o da utilidade da presença feminina na política para “melhorar os padrões e comportamento político e parlamentar” e até mesmo criar estruturas parlamentares/políticas que sejam mais atentas às questões de gênero (SAWER, 2002). Um segundo argumento, aquele que tem mais a ver com a questão das mudanças simbólicas e culturais, se apoia no fato de que (1) com

maiores porcentagens de representação feminina, o respeito e reconhecimento pela mulher também aumentaria; (2) a instituição política teria mais legitimidade com representantes da comunidade (ou seja, esta seria também uma forma de prevenir exclusão de grupos); (3) a identidade feminina não precisaria estar somente ligada à esfera privada, mas poderia, finalmente, se articular no espaço público e político (SAWER, 2002, p. 6-7).

Há, portanto, muitos esforços teóricos em demarcar a urgência de se expandir a cidadania política e reforçar a contribuição delas nesse processo. Aqui caberia ressaltar aos fortes questionamentos e às onipresentes indagações sobre um governo ou presidência no feminino: é sempre conveniente destacar que para assegurar a questão da igualdade política, não podemos contar e responsabilizar apenas aquelas poucas mulheres que se encontram na arena política. Seria necessário que todos os espaços representativos e parte significativa de seus representantes, e mesmo da sociedade, elegesse como realmente prioritário e importante as questões de gênero e feministas. Tal sensibilidade não está constituída, mas faz parte de um processo necessariamente mais ampliado de refundação da democracia e da república brasileiras em padrões mais simétricos de representação política e de se obter, de fato, o conseqüente impacto nas políticas públicas do país.

Se, conforme já discuti em outro artigo (Carta Capital, 31 de Outubro de 2010), estamos vivendo um “momento épico” da mulher brasileira, em função da real expansão da identidade e da cidadania femininas, o lugar menor ocupado pela figura da mulher na cena política brasileira tem, em muitos anos, sua primeira chance de ser, de fato, revertido. Dilma eleita presidenta descortina uma nova história da relação das mulheres com a política institucional no Brasil. Uma memorável história que teve início há tempos com os movimentos sufragistas liderados no início do século XX com Bertha Lutz. Entendo que estamos dando, portanto, os nossos primeiros passos na direção daquele que precisa se constituir em um amplo movimento político e social pela paridade e a justiça de gênero na representação – um direito devido às mulheres brasileiras – que certamente ganhará maior profundidade nos próximos anos. E, sem partilhar de nenhuma presunção sobre a “natureza” das mulheres, creio ser possível, sim, dizer que outra será a agenda, outra deverá ser a relação dos temas públicos e privados, outra poderá ser a linguagem da democracia brasileira em formação. Pois é,

finalmente, a figura plena da mulher cidadã política que está tardiamente se formando entre nós.

E isto não porque “naturalmente” as mulheres se ocupam de uma “outra” agenda: os relatos de pesquisas aqui muito brevemente resumidos me fazem crer que, do coração da militância contra a ditadura, do âmago da gestão no âmbito de diferentes esferas do Poder Executivo até a presidência da Casa Civil, forjou-se a sensibilidade e a habilidade desta presidenta. Seu compromisso foi abertamente declarado já em seu discurso inaugural e “honrar as mulheres brasileiras” significa, sem sombra de dúvidas, trilhar os caminhos de uma agenda comprometida com o interesse público em superar as dívidas históricas para com parcelas excluídas da população, entre elas, claro, estão as mulheres brasileiras. Se Dilma apenas perseguisse, em seus quatro anos de mandato, a rota da garantia e efetivação de uma educação e saúde, de fato, de qualidade no país já teria cumprido fundamental tarefa. Mas não há dúvidas que as mulheres brasileiras (especialmente aquelas que participaram ativamente da construção coletiva do II Plano Nacional de Política para as Mulheres, o II PNPM) podem exigir e esperar que cada um dos seis capítulos do PNPM, suas ações e deliberações venham a se tornar uma realidade.

Não será então por conta de uma “essência feminina” que o governo Dilma será diferente daqueles governos masculinos que a precederam: isto se dará em função da perspectiva construída ao longo de uma trajetória de vida onde, entre vencer o torturador e o caluniador, sua vida foi construída a partir de uma sucessão de competências e habilidades que a forjaram mulher para o mundo público e político. A nós, feministas e mulheres, cabe cobrar que a agenda ganhe novos contornos, que a nossa cidadania não levante “suspeições”, mas seja vivida plenamente na direção da renovação da democracia, que será igualmente a nossa própria emancipação.

### **Referências bibliográficas**

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GUIMARÃES, Juarez; MATOS, Marlise. *Dilma e o momento épico da mulher brasileira*. Revista Carta Capital, 31 de outubro de 2010. <http://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-o-momento-epico-da-mulher-brasileira>

O QUE SE PODE ESPERAR DE UMA PRESIDÊNCIA E UM GOVERNO NO FEMININO? MAIS MULHERES NO PODER PODEM FAZER DIFERENÇA?

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, vol.12, n.2, Florianópolis, Maio/Agosto, 2004.

SAWER, Marian. *Representation of Women in Australia: Meaning and Make Believe. Parliamentary Affairs*, vol.55, n.1, 2001, p.5-18.

RELATÓRIO UNICEF. *Situação mundial da infância* 2007.

# REFLEXÕES SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL EM 2010

*Reflections about the presidential elections on Brazil in 2010*

Aldo Duran Gil<sup>1</sup>

*Universidade Federal de Uberlândia – UFU*

✉ aduran@fafcs.ufu.br

O pleito eleitoral realizado em setembro e outubro de 2010 para escolher a presidência da república e outros representantes políticos parece ter consolidado uma variante de democracia representativa no Brasil. A eleição de Dilma Rousseff (PT) na sucessão presidencial revela aspectos inéditos na história do país: a sucessão de um terceiro mandato definido por um mesmo partido, a eleição de uma candidata mulher e uma disputa eleitoral acirrada no segundo turno entre o PT e o PSDB com plataformas políticas quase semelhantes. Este artigo visa a refletir sobre a natureza da democracia representativa no Brasil e o caráter do governo Lula. Desde já alertamos que nossas reflexões tecidas aqui têm um caráter indicativo.

No que diz respeito à democracia representativa, esta pode ser entendida como um processo político baseado na escolha periódica dos representantes por parte da massa de eleitores para os principais postos do executivo e o parlamento sem mecanismos institucionais de controle direto pelo conjunto do eleitorado. Nessa definição se inclui também a outorga, por parte do Estado, de direitos políticos como associação, reunião, liberdade de imprensa e liberdade de consciência (religião etc.). Nos dois casos (direito de eleger e ser eleito e o resto das liberdades políticas), o caráter dessa democracia é limitado tanto no seu conteúdo quanto no seu exercício: não permite ir além (democracia participativa) a não ser a mera escolha de representantes já definidos antes do processo eleitoral. Mesmo colocando dispositivos políticos e constitucionais para o exercício de uma democracia participativa (exigida pelas massas trabalhadoras e

---

<sup>1</sup>Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e Coordenador do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina (GPESTADO).

populares), eles não passam de uma encenação de democracia participativa, o que acaba reforçando a democracia representativa e a intervenção permanente da burocracia estatal em quase todos os âmbitos da sociedade.

Para utilizarmos uma observação realista, tal democracia se aproxima da definição de Schumpeter, entendida como um método de seleção periódica de elites, num processo de escolha em que os candidatos são definidos previamente (seriam fabricados) pelos partidos políticos e impostos à massa do eleitorado. Nesse sentido, não é a massa do eleitorado que escolhe seus representantes, mas são os representantes que se fazem eleger por aquela, redundando no reforço do fosso que separa a massa do eleitorado diante dos representantes eleitos, o que estabelece uma permanente crise de representatividade. Acrescente-se a isso os problemas decorrentes do alto índice de absenteísmo no processo eleitoral, a crescente apatia política e o descrédito permanente da esfera política devido à corrupção constante dos representantes eleitos (parlamento, executivo) e, por conseguinte, do Estado.

Posto isso, detectamos a evolução de uma tendência de consolidação de uma variante de democracia representativa no Brasil no período pós-1988. A tendência dessa variante admite uma subdivisão em pelos menos duas vertentes: uma de cunho neoliberal, portanto conservadora, e outra que assume traços que misturam neopopulismo e neoliberalismo. Sabe-se que desde os governos Sarney e basicamente Collor, começa-se a implementar a política neoliberal no Brasil. O governo FHC consolida esse processo de desmonte do Estado com a privatização de importantes empresas estatais (Vale do Rio Doce, Telebrás etc.), a política de desregulamentação (entre elas, a flexibilização do trabalho) e a abertura externa possibilitando assim maior controle da economia nacional por parte do capital estrangeiro, nomeadamente o capital financeiro internacional. A reorientação da política econômica (constante no Plano Real) com base no câmbio flutuante, superávit primário e controle de gastos públicos obedeceu aos desígnios da política neoliberal: revalorizar o capital estrangeiro e manter as torneiras abertas para o livre fluxo de exportação de capitais ao exterior e a circulação do capital financeiro internacional.

Entretanto, a implementação das principais políticas do programa neoliberal não se processou sem dificuldades e conflitos. Tal programa não foi aplicado em sua totalidade nem de forma acelerada (como ocorreu em outros países, como Chile, Bolívia, Argentina), o que significa que a burocracia do Estado no período pós-1994, sob o comando do PSDB, praticaram um “neoliberalismo possível”. Apesar de o setor empresarial ser diversificado e com

interesses econômicos divergentes, na sua maioria, aceitaram a flexibilização do trabalho (demissão em massa, desemprego, diminuição do salário, perda de direitos trabalhistas etc.). Da parte dos trabalhadores, embora contrários a flexibilização do trabalho, tenderam a aceitar a luta contra o Estado parasitário, cartorial e empreguista (corrupção e clientelismo abertos), apoiando, por essa via, juntamente com os setores empresariais, a diminuição do Estado. No que diz respeito à política de abertura externa, houve conflitos entre os setores dominantes do capital nacional e o capital estrangeiro, basicamente em relação à proteção dos bancos nacionais diante da entrada de bancos estrangeiros, permitindo assim o fortalecimento da presença do capital financeiro internacional no país.

Do ponto de vista político-institucional, a implementação de aspectos importantes da plataforma neoliberal por parte das forças políticas conservadoras (PSDB à frente) implicava a derrota eleitoral da esquerda partidária (o PT do momento). Por outro lado, significava a realização de uma ampla reforma constitucional, basicamente a implementação de mecanismos que viabilizem as políticas neoliberais, com forte incidência negativa para a classe trabalhadora devido à flexibilização e precarização do trabalho.

Deve-se destacar que a aplicação de aspectos importantes do tripé da política neoliberal (privatizações, desregulamentação do papel interventor do Estado e abertura ao capital internacional) significou um gasto volumoso para aplicar tais políticas, ao contrário do que defendem os ideólogos e burocratas neoliberais (diminuição de gastos e saneamento das contas públicas). Um dos itens significativos desses gastos foi com a assistência estatal aos pobres com o fim de manter uma base social de apoio, especialmente eleitoral, mesmo que difusa. Lembremos que o programa Bolsa Família (bem utilizado eleitoralmente pelo PT e o governo Lula como bandeira política) começou com o governo FHC, cuja paternidade tucana foi defendida por Serra na campanha eleitoral deste ano. Outro item importante de gasto volumoso destinou-se ao repasse de capital público com fundo perdido para a grande maioria das empresas monopolistas privadas do setor industrial com o fim de aumentar a produção para a exportação. Já no caso dos bancos nacionais, tal repasse de capitais públicos, junto com pacotes de auxílio econômico, diminuição de impostos e outras isenções e privilégios, foi enorme (os 40 bilhões de dólares recebidos de empréstimo pelo FMI no governo FHC em 1998 na sua maior parte foram destinados aos bancos privados).



A aplicação da plataforma neoliberal significou, então, um grande dispêndio de dinheiro público, sobretudo, transferência de capital público ao setor privado. O que serviu, também, como fonte de rendimentos para os setores dirigentes da burocracia estatal e dos integrantes dos partidos aliados que aplicaram tal plataforma. Isso explica a relação do programa de privatizações com os constantes escândalos de corrupção no governo FHC, que não só foram abafados pelo executivo e pelo parlamento, mas também interditados para serem apurados através de instauração de inquérito parlamentar, inclusive sob conivência do PT (no momento, almejava conquistar o poder governamental).

Duas observações importantes. Longe de aplicar a política de “Estado mínimo”, o que ocorreu na prática foi a redefinição do padrão de intervenção do Estado na economia, e não a sua diminuição ou não intervenção. Com efeito, foram criadas as condições necessárias para o funcionamento do capitalismo privado. Trata-se, então, de uma intervenção que se configura como “não intervenção” a serviço do setor privado. A segunda observação diz respeito ao caráter altamente autoritário e violento da aplicação da política neoliberal, com doses inusitadas de repressão contra os trabalhadores e os sindicatos anti-neoliberais (como os trabalhadores da Petrobras no caso do Brasil, sem falar dos casos da Bolívia, Chile, Argentina, Venezuela). O que significou o reforço do executivo sobre o parlamento e a proliferação das medidas provisórias com caráter beligerante, configurando uma democracia representativa com alta dose de autoritarismo civil.

Nesse sentido, vigorou no período uma variante de democracia representativa de cunho neoliberal que acabou incidindo no agravamento da crise de representatividade: separação do conjunto do eleitorado diante dos representantes, inexistência de mecanismos de controle por parte do eleitorado diante dos eleitos, manutenção de privilégios e mordomias dos representantes, o aumento da apatia política e o descrédito “da” política em geral.

Analisemos agora a democracia representativa na vertente que assume traços que misturam neopopulismo e neoliberalismo. Os traços neopopulistas dos governos Lula podem ser detectados no resgate da soberania nacional, na forte intervenção do Estado na economia e na busca da construção de uma economia endógena com o fim de incentivar o surgimento de uma burguesia nacional forte. Sobretudo, esses traços aparecem mais claramente na implementação de uma política social favorável às massas populares com o intuito de obter uma ampla base social de apoio eleitoral para implementar as políticas de cunho redistributivista e neodesenvolvimentista. Trata-se de

concessões políticas que atendem a certos interesses econômicos secundários das massas populares, porém sem resolver seus problemas fundamentais: aumento relativamente pequeno do salário mínimo, política de emprego ou combate ao desemprego com fins estatísticos, indução de aumento do consumo dos meios de subsistência para a reprodução da força de trabalho, implementação de uma política assistencialista estatal (Bolsa Família) e de empréstimo moderado para compra de casa própria do trabalhador, bem como uma política de redistribuição de terras fiscais para o campesinato e trabalhador pobre sem afetar a grande propriedade fundiária e os interesses do agro-negócio, continuando a reforma agrária interdita.

Em relação aos trabalhadores da cidade e do campo, os aspectos neopopulistas do governo Lula residem na promoção da conciliação entre capital e trabalho, mesmo com perda de direitos trabalhistas e diminuição do salário real com o fim de manter o trabalhador empregado. No plano político, isso significou o controle do sindicalismo por parte do Estado (uma variante de mistura de sindicalismo de Estado com sindicalismo de tipo tradeunionista) através do reforço de privilégios e mordomias aos dirigentes sindicais (corrupção e clientelismo abertos), ficando os sindicatos como mera correia de transmissão do poder governamental. Essa prática se estendeu também aos movimentos estudantil (UNE), docente do nível superior (PROIFES e, veladamente, o ANDES) e sem terra (MST).

Por fim, a imagem de Lula (pobre, trabalhador e sindicalista) foi capitalizada eleitoralmente para reforçar os laços personalistas na relação líder-massa. O reforço dos laços personalistas de Lula com as massas populares rendeu a eleição da Dilma sem o qual seria quase impossível que tal candidata fosse eleita. Se o controle do sindicalismo e de outras entidades de classe por parte do PT e do governo Lula significou a desorganização desses setores e sua reorganização sob a esfera de influência do lulismo, o reforço do personalismo (imagem de Lula) significou a despolitização das classes populares e de segmentos das camadas médias.

Vejamos agora os traços neoliberais da democracia representativa, mais especificamente os aspectos neoliberais do governo Lula. Os traços neoliberais marcantes detectam-se na manutenção do tripé da política econômica do anterior governo: câmbio flutuante, superávit primário e controle de gastos públicos, conforme o receituário do FMI. Mas por que esses traços são neoliberais marcantes e qual a diferença com o governo neoliberal de FHC? A Grosso modo, o governo Lula não rompeu completamente com o neoliberalismo,

embora no discurso o combateu permanentemente. Embora o programa de privatizações das empresas estatais estratégicas que sobraram foi paralisada temporariamente, tal governo não reverteu, reestatizou ou nacionalizou nenhuma das empresas privatizadas. Isso sinaliza a possibilidade de um acordo entre o governo Lula e o capital financeiro internacional, isoladamente hegemônico no governo anterior e explica o cuidado que teve o governo com a política econômica, aparecendo como um discípulo aplicado do FMI. E, ainda mais, pagou a dívida externa e tornou-se credor dessa instituição internacional.

Nesse sentido, o governo Lula teria as características de um governo *sui generis*, misturando neopopulismo e neoliberalismo. E tal mistura se evidenciaria pela natureza de classe e da hegemonia política vigente que pode ser explicada pelo rearranjo das posições das frações burguesas no interior do bloco no poder. Esse rearranjo patentear-se-ia na ascensão da fração burguesa brasileira mais poderosa (a burguesia bancária nacional) à condição hegemônica, compartilhando a hegemonia em condomínio com o capital financeiro internacional. Um dos indicadores importantes é a política econômica favorável aos interesses dessa fração burguesa nacional, cujos lucros foram felpudos e de longe, os maiores na história da república brasileira. O que não teria sido possível, entre outras medidas protecionistas do setor, sem a manutenção dos juros baixos (taxa Selic, que baixou de mais de 30% ao patamar de 9 e 10%), pouco atrativo para o capital financeiro internacional. Caso contrário este acabaria comprando os bancos nacionais e se transformando, por essa via, na ponta de lança para a penetração e controle da economia nacional (o exemplo mais conspícuo foi o caso argentino provocando a quebra da sua economia). Estariam, aí, as diferenças entre o governo FHC e o governo Lula.

É possível que o governo Rousseff siga essa tendência, porém numa posição mais conservadora, como também é possível que sofra pressão em diversos níveis para reverter essa situação: do capital financeiro internacional e de seus aliados nacionais (PSDB e DEM), das massas populares organizadas contrárias às políticas estatais e com o aprofundamento da precarização das condições de trabalho e perda de direitos sociais, bem como da pressão das crises econômicas externa e interna (neutralização e afastamento do impacto das crises internacionais e das crises econômicas internas).

# AUDIOVISUAL COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO: HISTÓRIAS, PROCESSOS E PRODUTOS

*Audio-visual communitarian and education: stories, processes and products*

Bruna Braga de Noronha

*Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG*

✉ brunabraga5@hotmail.com

O livro, “Audiovisual comunitário e educação: histórias, processos e produtos”, organizado por Ricardo Fabrino Mendonça e Juliana de Melo Leonel, consiste numa coletânea de textos, que abordam, especificamente, a relação entre o audiovisual comunitário e a educação. A obra é dividida em cinco eixos, nos quais são exploradas as inúmeras faces do audiovisual comunitário e seus impactos na sociedade. Cada eixo contém diversos textos e, alguns foram selecionados para serem, aqui, tratados. A expressão “audiovisual comunitário” pode ser qualificada como:

[...] uma prática social que assumiu formas variadas ao longo das últimas décadas e que mobiliza centenas de realizadores em todo território nacional [...] (LEONEL, MENDONÇA, 2010, p. 15).

No primeiro eixo, intitulado “Do audiovisual comunitário”, está inserido um texto de Ricardo Fabrino, no qual ele relata seu primeiro contato com o audiovisual comunitário, que ocorreu através de uma ONG, a Associação Imagem Comunitária (AIC). O autor apresenta duas justificativas para defender a existência de produções na área audiovisual: o fomento à autorrealização e o fortalecimento da democracia. Esta última é dividida em três aspectos relevantes: a pluralização da esfera pública; a garantia do direito à comunicação; e a atuação como mecanismo adicional do sistema de resposta social.

No segundo eixo, “Produções e Processos”, há um artigo de Clarisse Castro Alvarenga, em que ela conta sua experiência com o vídeo popular e, posteriormente, com o cinema documentário. A autora analisa as transformações dos vídeos militantes até os dias de hoje e articula isso ao audiovisual

contemporâneo. Essa comparação ocorre através da análise de dois filmes: “Serra: sons, trajetórias, caminhadas, becos (2006)” e “H2 In concert casa-transport-rua” (2009). Ela descreve as trajetórias do vídeo popular e do militante e pontua diferenças e semelhanças entre ambos. Nesse mesmo eixo, Paulo Emílio de Castro Andrade elaborou um texto procurando responder alguns questionamentos sobre o audiovisual comunitário. O autor indaga, ao longo de seu artigo, as seguintes questões:

A realização de produtos pressupõe, em muitos casos, o deslocamento, a circulação, o contato com a cidade, o que levanta algumas indagações. Seria possível afirmar que esse trânsito pela cidade tem repercussões na vida de quem produz audiovisual comunitário? Em caso afirmativo que repercussões seriam essas?  
 (ANDRADE, 2010, p. 145).

Para responder às questões levantadas, Andrade utiliza resultados da pesquisa: “ONGS e EDUCAÇÃO: significados atribuídos por jovens à participação em projetos educativos”, realizada em 2007. A ONG selecionada foi a AIC e os sujeitos da pesquisa foram oito jovens ligados de alguma forma essa instituição.

O terceiro eixo se chama “Audiovisual e educação” e contém um artigo escrito por Eliany Salavatierra Machado (2010, p. 167), em que ela apresenta sua proposta de analisar a seguinte pesquisa de doutorado: “Pelos caminhos de Alice: vivências na educomunicação, a dialogicidade no projeto Educom.TV.” Ao longo do texto, a autora procura esclarecer o significado do termo “educomunicação”. Para isso, são mostrados vários pontos de vista que perpassam desde Ismar Soares, Mário Kaplún Paulo Freire, Martin Buber até Emmanuel Lévinas.

Ainda no terceiro eixo, Adriana Fresquet discute a “Hipótese-cinema. Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola”, do francês Alain Bergala – cineasta e professor de cinema. A autora analisa a possibilidade do cinema como arte na escola nos dias de hoje, devido principalmente ao crescente acesso a equipamentos e programas de edição, cada vez mais baratos. O cinema deixa de ser algo distante, possível apenas para grandes produtoras, e passa a poder ser realizado em menor porte, mas sem perder eficiência e qualidade. É mostrada a dificuldade em inserir o cinema no contexto escolar, por ser algo paradoxal. Isso acontece porque a escola é um local convencionalizado como tradicional de ensino, diferentemente do aprendizado do cinema como arte, que é visto como algo inovador e vanguardista.

No quarto eixo, chamado “Gestão de produções colaborativas”, André Sena apresenta seu artigo fundamentado em um estudo de campo realizado junto às gestoras de cinco ONGs que lidam com os temas comunicação e educação. O

foco das entrevistas foram as funções administrativas (planejamento, organização, direção e controle), que são descritas uma a uma ao longo do texto. Além disso, o autor apresenta os dados obtidos e relata pontos de vista específicos de algumas entrevistadas.

No quinto e último eixo é apresentada uma entrevista realizada por Ana Carvalho com o cineasta e diretor da ONG Vídeo nas Aldeias, Vincent Carelli. Inicialmente, a proposta de Ana era entrevistá-lo com um roteiro previamente elaborado, o que não aconteceu. A entrevista tornou-se um bate-papo, uma conversa informal. No artigo, antes da entrevista, a autora apresenta uma pequena biografia de Vincent Carelli. Logo depois, começam as perguntas que tratam, em sua maioria, sobre a atuação de Carelli na criação e desenvolvimento do “Projeto Vídeo nas Aldeias” (VNA).

Os organizadores Ricardo Fabrino e Juliana Leonel conseguiram realizar, criteriosamente, a coletânea, que é formada por 17 textos bem fundamentados e objetivos. É possibilitado ao leitor um entendimento claro dos múltiplos significados do audiovisual comunitário, mesmo para aqueles que não possuem um grande conhecimento sobre o assunto.

### **Referência Bibliográfica:**

LEONEL, Juliana Melo; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Audiovisual comunitário e educação: histórias, processos e produtos*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

## COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

**Cláudio André de Souza** é bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Participou de pesquisas em temas como democracia, poder legislativo, movimentos sociais, jovens e representação política.

**Nilmário Miranda** é jornalista e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual pelo PT e deputado federal por três mandatos (90/94; 94/98; 98/2002). Foi Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos de 2003 a 2005; presidente do PT em Belo Horizonte (1999-2001) e do PT mineiro (2005-2007); e membro da Comissão Executiva e do Diretório Nacional. Atualmente exerce a presidência da Fundação Perseu Abramo.

**Marlise Miriam de Matos Almeida** é Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas - SBI/IUPERJ (1998). Atualmente é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher - NEPEM e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero - CIFG (UFMG).

**Aldo Durán Gil** é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tem experiência nas áreas de sociologia política e ciência política, com ênfase em Teoria do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia política, Estado, regimes políticos, movimentos sociais.

**Bruna Braga de Noronha** é graduanda em Comunicação Social / Jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é bolsista de iniciação científica (CNPq) do Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral, com sede na UFMG.